

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO
NA IMPRENSA PERNAMBUCANA (1885-1915)**

Édla Kerollayne Tavares da Silva
Universidade de Pernambuco (UPE)
edlakerollayne@gmail.com
Adlene Silva Arantes (Orientadora)
Universidade de Pernambuco (UPE)
Adlene.arantes@gmail.com

RESUMO

Considerando a atividade docente no Brasil como sendo iniciada pelos homens, e considerando o perfil do professor brasileiro na educação básica como predominantemente feminino (INEP, 2009), faz-se necessário refletir sobre a feminização do magistério nacional e os fatores que contribuíram para tal. Desta forma, a presente pesquisa tem como objetivo compreender as representações sociais sobre a mulher e o magistério feminino na imprensa pernambucana no final do século XIX e início do século XX, levando em consideração como tais representações podem ter influenciado o processo de feminização do magistério. Visando compreender essas representações e suas influências, analisamos jornais escritos por mulheres e para mulheres, bem como jornais de sociedades acadêmicas e a Revista de Instrução Pública de Pernambuco, documento oficial do estado. Ao analisar as representações foi possível perceber a escassez de discursos relacionados à mulher professora. Em contrapartida, é possível perceber a importância da educação da mulher enquanto mãe dos futuros homens da nação. Concluímos que a educação da mulher e da professora se relacionava com o papel de mãe e a suposta sensibilidade feminina deveria ser redirecionada.

Palavras-chave: História da Educação; Feminização do Magistério; Imprensa Pernambucana.

1. INTRODUÇÃO

Até meados do século XIX a educação da mulher era voltada para seu papel de mãe e esposa. Com turmas e escolas separadas das masculinas, as mulheres recebiam também educação diferenciada. Enquanto os meninos aprendiam a ler, escrever, realizar as quatro operações básicas, lidar com números decimais, proporções e geometria, a educação das meninas estava limitada às primeiras letras, abrangendo apenas o conhecimento da leitura, escrita e das quatro operações básicas. Além disso, as mesmas deveriam aprender a cozinhar e bordar.

Essa realidade começa a mudar em 1875 quando a Escola Normal Oficial é aberta às mulheres. De acordo com Peixoto (2006), a abertura do magistério às mulheres se constitui como uma oportunidade para que estas possam prosseguir os estudos. Uma oportunidade para as mulheres estudarem um pouco mais. Para as moças que precisavam trabalhar, o magistério era uma das poucas profissões socialmente aceitáveis às mulheres, já que permitia que as mesmas pudessem conciliar a vida profissional com as tarefas domésticas.

Aos poucos, os relatórios mostram que a Escola Normal Oficial passava a receber mais mulheres que homens, tendo em 1884, 57 matrículas masculinas para 83 femininas e em 1894, 22 matrículas masculinas para 79 femininas. Além de registrar mais matrículas femininas, pode-se observar a aprovação de mais mulheres que homens. No ano de 1883 foram 32 aprovações masculinas e 54 femininas.

Segundo Machado (2005) o século XIX foi denominado de “século da instrução popular”, pois foi reconhecida a importância de se ofertar educação para o povo. É nesse período que se intensificam os discursos sobre a infância. O afeto e o carinho passam a ser vistos como facilitadores do processo ensino-aprendizagem. A partir disso, a mulher passa a ser vista como a mais adequada para ocupar as salas de aula do ensino primário.

Atualmente, no âmbito nacional, o perfil do professor brasileiro na educação básica é predominantemente feminino. Apesar do percentual de mulheres professoras diminuir no percurso da educação infantil ao ensino médio, as mulheres continuam dominando o percentual de docentes, estando em menor número apenas na educação profissional. Na

creche e pré-escola, os homens estão quase ausentes desse espaço. No ano de 2007, segundo o Instituto Nacional de estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2009), apenas 2,1% dos professores das creches e 3,9% dos professores da educação infantil eram homens. Nos anos iniciais do ensino fundamental, a presença dos homens cresce para 8,8%.

Diante do exposto, esta pesquisa teve como objetivo compreender as representações sociais sobre a mulher e o magistério na imprensa pernambucana, levando em consideração como tais representações podem ter influenciado o processo de feminização do magistério.

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa se desenvolve no campo da História da Educação e se baseia nos preceitos da Nova História Cultural utilizando a concepção de representações de Chartier. Para Almeida Filho, a pesquisa histórica é importante para que se possa “conhecer e refletir acerca de um fenômeno” (2016, p. 381) sendo assim, se constitui como um importante instrumento para que se entenda a relação entre história, tempo e espaço de uma determinada sociedade. A pesquisa histórica no âmbito educacional, por sua vez, contribui para trazer à “tona as contradições existentes em cada contexto histórico” (PADILHA e NASCIMENTO, 2016, p. 131).

Para Chartier (1990), os discursos captam e estruturam o mundo, nos permitindo compreender a relação entre discurso e práticas culturais que, para o autor, são estratégias que permitem pensar e produzir a realidade. As percepções sociais não são discursos neutros e sim estratégicos. Tendem a impor autoridade à custa dos menosprezados para legitimar a escolha das condutas. A realidade e os discursos não são definidos instantaneamente. O que existe é o objetivo de determinadas práticas. Assim, a luta das representações são tão importantes quanto as lutas econômicas a partir dos quais determinado grupo impõe ou tenta impor noção de mundo social.

Partindo da perspectiva anteriormente mencionada, selecionamos periódicos femininos e feministas com o intuito de compreender como a feminização do magistério está representada na imprensa pernambucana, observando até que ponto as

representações sociais sobre a mulher e o magistério, o momento histórico, econômico e social podem ter influenciado na escolha profissional da mesma. Visando atender tais objetivos, nos propomos mapear as qualidades femininas que foram relacionadas à profissão docente.

A respeito do trabalho com jornais para a pesquisa em História da Educação, consideramos a participação da imprensa na sociedade, seu caráter tendencioso e a possibilidade de compreender a recriação da cultura. A fim de compreender essas representações e suas influências, analisamos as representações em jornais escritos por mulheres e para mulheres, sendo eles: O Beija-Flor (1880 a 1889); A Mulher (1883); A Rosa (1890 a 1893) e O Lyrio (1902 a 1904). Além da imprensa feminina, analisamos ainda a Revista de Instrução Pública de Pernambuco, que se caracteriza como um documento oficial do estado e jornais ligados a associações de professores de Pernambuco, que neste caso foram O Normalista (1882) e o jornal d'O Grêmio dos Professores Primários (1883).

Apresentadas as fontes que subsidiaram esta pesquisa, no próximo tópico iremos discutir as possibilidades do uso de jornais para a pesquisa em educação. Tal reflexão se faz importante, pois o jornal se constitui como uma referência para com os acontecimentos sociais levando informações para as massas.

3. A FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO NO BRASIL E EM PERNAMBUCO

Para Guaciara Lopes Louro (2009), antes de começar a discutir o processo de feminização do magistério no estado de Pernambuco, é importante lembrar que a docência no Brasil foi iniciada por homens. A primeira forma de educação escolar fora aqui instalada pelos religiosos para a educação dos índios. Mais tarde, também são os homens que assumem as chamadas “aulas régias” – aulas que não pertenciam à Igreja, mas ao Estado. Entretanto, com a inserção das meninas na educação escolar, torna-se necessária a presença de professoras, já que as turmas de meninas só poderiam ser regidas por mulheres.

Mesmo com a inserção das mulheres e meninas nas salas de aula, continuava a existir uma discriminação sexual na educação. As meninas aprenderiam a cozinhar, bordar e costurar. Aprenderiam as primeiras letras e as operações básicas da

matemática. O conhecimento destinado a elas seria apenas o suficiente para atender às necessidades básicas do lar. Já os meninos, além das primeiras letras, aprenderiam aritmética e geometria. Com isso, a mulher professora recebia um salário inferior ao do professor, pois o ensino de geometria era um critério de aumento salarial.

A escola, como um espaço social que foi se tornando, historicamente, Nas sociedades urbanas ocidentais, um *locus* privilegiado para a formação de meninos e meninas, homens e mulheres é, ela própria, um espaço generificado, isto é, um espaço atravessado pelas representações de gênero. Em nosso país, como em vários outros, esse espaço foi, à princípio, marcadamente masculino (LOURO, 1997, p.77).

Baseando-se na fala de Louro que consta acima, a feminização do magistério não se limita à superioridade numérica de mulheres em relação aos homens na educação para com as crianças, mas se refere ainda à visão que a sociedade tem da profissão docente e das qualidades para tal.

Flávia Braga (2013) afirma que a feminização do magistério no estado de Pernambuco se deu num momento de crise financeira. O estado estava tomado por secas e epidemias. Os empresários se encontravam carregados de dívidas contraídas na tentativa de modernização e sobrevivência das lavouras. Era notável também o descaso da corte com as províncias do norte, não prestando apoio diante de tais dificuldades.

Em seu artigo intitulado **A feminização do magistério em Pernambuco (1872-1890)**, Braga (2013) fala sobre a contribuição das escolas noturnas para a feminização do magistério. As escolas noturnas tinham, em grande parte, o objetivo de formar professore/as se constituindo como a melhor opção para aqueles que precisavam trabalhar durante o dia. Mesmo que em número mínimo, 75 para os homens 6 para as mulheres, as escolas noturnas se mostraram como uma alternativa de profissionalização para as mulheres de baixa renda.

Adriana Silva e Ramón Oliveira (2014) afirmam que a docência no Brasil Império foi uma importante forma de ascensão social para aqueles de menores condições financeiras. Se tratando das não normalistas, essa experiência profissional

livre do controle do estado pode, em muitos casos, se configurar como um tênue limite “entre a prestação de um tipo de serviço liberal e um serviço doméstico” (p. 285).

Outro ponto a ser ressaltado na investigação do processo de feminização do magistério em Pernambuco é a popularização das escolas mistas. Regularizadas em 1879, as mesmas já existiam no estado desde 1872¹ e seu número começou a crescer consideravelmente nas décadas de 80 e 90. O papel desse evento para a feminização do magistério se constitui no fato de que as mulheres eram as únicas que poderiam gerir as turmas mistas.

Braga (2013) destaca a sugestão do então Inspetor Geral da Instrução em Pernambuco, João Barbalho Uchôa Cavalcanti, de se transformar as escolas do interior do estado em escolas mistas com o objetivo de reduzir as despesas da Instrução Pública. A autora afirma que essa ação não pôde se efetivar imediatamente, pois “muitos professores (homens) eram considerados vitalícios e invioláveis em sua posição no magistério e, portanto, não poderiam ser de imediato retirados de suas cadeiras para dar lugar a uma professora” (BRAGA, 2013, p. 167).

As escolas mistas não tinham prestígio social naquela época e foram criadas em localidades onde a sua existência tornou-se o único caminho para a continuação do ensino público, evitando-se, assim, o definhamento generalizado do ensino no restante da província.[...] As escolas mistas surgem então como uma alternativa para o momento financeiro na província. (BRAGA, 2013, p. 169)

Com a investigação de Braga é possível perceber que a instrução feminina foi a que mais cedeu lugar às aulas mistas. Para a autora, este fenômeno se explica com a possibilidade de aproveitamento da professora de determinada localidade para gerir a nova turma mista. Também é notável a baixa ocorrência de escolas mistas em localidades centrais como Recife e Olinda, pois a frequência nessas localidades era elevada.

¹ Ano da primeira escola mista encontrada por Braga (2013).

A pesar de reconhecer o papel das escolas noturnas e da co-educação dos sexos para a feminização do magistério, Braga discorda da afirmação de que estas ocuparam papéis principais para o processo de feminização no estado de Pernambuco. Com sua pesquisa, a autora conclui que o acesso ao magistério em Pernambuco era precário e desencorajado. O número de formação de professoras era baixo, mas o número de não normalistas era alto.

Para compreender o processo de feminização, é preciso levar em conta a regência de mulheres em escolas masculinas. Em 31 de janeiro de 1874, João Barbalho Uchôa Cavalcanti, Inspetor Geral da Instrução Pública de Pernambuco envia um documento ao Presidente da província encorajando a entrega de cadeiras primárias masculinas às professoras:

São hoje geralmente conhecidas as vantagens do ensino de alunos do sexo masculino confiado às professoras. A vocação das mulheres para a educação das crianças, a simpatia que inspiram a estas, o segredo de bem dirigi-las empenhá-las no estudo, tornando-o agradável e ameno, o dom de facilmente transmitir-lhes as noções e conhecimentos de que dispõem, tudo tem feito proclamar-se a mulher como sendo mais competente para o magistério primário. (CAVALCANTI apud BRAGA, 2013. p. 173)

No discurso de Cavalcanti é possível notar um importante aspecto para justificar a feminização do magistério. Trata-se dos atributos femininos que qualificam a mulher para o magistério. Teriam as mulheres o “dom” para ensinar às crianças e facilitar o ensino. Esse “dom” estaria ligado à sua condição de mãe e ao papel materno de cuidar de seus filhos. A educação da mulher, segundo Louro (2009), esteve desde o princípio justificada por seu destino de Mãe. Elas deveriam ser honestas e ordeiras para transmitir a boa moral aos seus filhos. Argumentava-se que a docência poderia “ampliar” a natureza feminina e deveria ter como característica a entrega e a doação.

Mais tarde, o “dom” feminino para a educação serviria para dificultar a discussão de questões como salário. Sendo assim, mesmo com a abertura de um novo espaço para a profissionalização das mulheres, este não ofereceu independência imediata às mesmas na sociedade. Visto como uma extensão do papel da mulher, o

magistério feminino também foi marcado por controle e até resistência. Peixoto (2006) relata que com a criação das escolas normais, as mulheres poderiam assistir às aulas acompanhadas de seus pais e maridos, desde que os mesmos estivessem decentemente trajados e não atrapalhassem as aulas. Para alguns era imprudente entregar a educação das crianças às mulheres que eram tidas como “volúveis” e portadoras de cérebros “pouco desenvolvidos” (LOURO, 2009, p 450).

O salário seria então mais um instrumento para o controle feminino. Recebendo menos que o homem, o salário da mulher era visto apenas como complemento da renda familiar: caberia ao homem prover o sustento da família. Essencial para o controle feminino, o salário foi um importante fator para a feminização do magistério, pois como Catani aponta, “para que a escolarização se democratizasse era preciso que o professor custasse pouco” (1997, p. 28).

4. REPRESENTAÇÕES SOBRE A MULHER E O MAGISTÉRIO NA IMPRENSA PERNAMBUCANA

Em resumo, os trabalhos anteriormente citados apresentam diferentes motivações para o fenômeno da feminização no magistério. Os autores e autoras citados concordam que essa feminização deve ser pensada a partir da popularização da educação nacional e inserção das mulheres e meninas nas salas de aula, pois antes a mulher era educada em casa. Sendo este um processo marcado pela popularização das escolas mistas e pela regência feminina em turmas masculinas, é preciso se pensar nos atributos femininos que tornaram as mulheres as mais adequadas para assumir as salas do ensino primário. Para tal, neste tópico iremos apresentar os principais debates localizados sobre a capacidade intelectual da mulher e sua educação; a relação entre mulher, patriotismo e a imagem da professora primária e por fim, as representações de educadores na imprensa.

4.1 CAPACIDADE INTELECTUAL DA MULHER E SUA EDUCAÇÃO

Mantida no âmbito doméstico desde o início da colonização do Brasil, a mulher brasileira sofria um forte controle pela sociedade e pelos homens de suas famílias. Este controle podia ser marcado de várias formas, mas a sua capacidade intelectual

costumava estar no centro deste debate. Sua capacidade intelectual é questionada desde o controle da sua memória, ao controle do conhecimento científico.

Por que se ha de negar a capacidade intellectual da mulher? Não se vê que muitas tem havido de grande saber?

Como desenvolverão essas mulheres sua inteligencia? [...] A mulher, e verdade, é sobrecarregada n'isto, fica a intelligencia adormecida mas não destruida.

Dae uma ou duas horas no dia para que se dedique á instrucção, e vereis o resultado satisfactorio que infalivelmente ha de apparecer. Vereis então que não é por engano, mas por opposição systematica que negam a capacidade intellectual da mulher (A ROSA, 1890, nº. 1, p. 1-2).²

No discurso acima mencionado, encontrado no periódico **A Rosa** é possível notar que o não desenvolvimento da inteligência feminina está relacionado ao fato da mulher estar sobrecarregada com os afazeres domésticos. Este seria um marco do controle do intelectual feminino. Desde a sua inserção nas salas de aula e na educação popular, o currículo para o público feminino era voltado às tarefas domésticas. A mulher deveria aprender apenas o essencial para satisfazer as necessidades do lar. Afastadas do conhecimento científico em prol de seus lares, as mulheres não desenvolviam bem o intelecto e a inteligência ficava “adormecida”.

Mui pequeno é o proveito da instrucção primaria que as meninas aprendem de oitava, e se acaso alguma procura adiantar-se não é quase nunca pelo desejo de saber é só com o fito de o mais breve possível abandonarem a escola e irem para casa se entregarem a inação esquecendo na occiosidade tudo que lhe foi encinado.

[...]

Ensinam-lhe uma vaidade escandalosa só para mostrar-se mais bonita julgando assim agradar e casar-se mais depressa sem terem a mais pequena luz dos encargos e deveres do estado que vão tomar (A ROSA, 1890, nº. 3, p. 3).

² Ao transcrever os discursos, optamos por manter a grafia original dos textos contidos nas fontes.

Mais à frente, no mesmo jornal, porém em outro volume, é possível perceber uma continuidade à crítica da situação da mulher na sociedade e em relação ao lar. Ambos os artigos provavelmente foram escritos pela mesma pessoa já que um é assinado com “P.C M.” e o outro apenas com “P. C.”. Fica claro que a pouca instrução recebida por esta ainda não seria valorizada por uma questão cultural. A mulher era ensinada a ser vaidosa e agradável para poder casar-se o mais cedo possível. Este foco em futilidades desviaria a mulher do caminho do conhecimento.

Educada a mulher nos mysterios das sciencias, que caracterisào o seculo do vapor e da eletricidade; e nelles tambem o homem, desaparecerá a suposta e calculadamente inventada inferioridade intellectual da mais bella porção do gênero humano, e poder.se-á então realisar o verdadeiro consorcio dos sexos. (O NORMALISTA, 1882, nº. 2, p. 1-2).

Ao discursar na cerimônia de instalação do Recreio Literário nos normalistas, Ayres Gama reconhece as transformações que a sociedade passou no último século. E ao reconhecer essas transformações, Gama reconhece também a necessidade da educação da mulher enquanto afirma a suposta inferioridade intelectual da mulher como calculadamente inventada. Para ele, ao educar a mulher essa inferioridade inventada poderia ser posta de lado para se criar um “consorcio dos sexos”. Mas esse “consorcio” aparentemente deveria ter fins em prol da família, pois logo em seguida o autor afirma que essa educação da mulher poderia promover uma “educação uniforme dos filhos”.

[...] educada convenientemente será como a grande luz factora do Progresso iluminando pelos caminhos do Futuro os passos á Civilisação triumphante.

[...]

Como exigir que a mulher ignorante aperfeiçoe o coração de uma creança, combatendo aos seus defeitos, incutindo-lha criteriosos exemplos, inspirando-lhe obediência e respeito aos princípios basicos da sociedade se ella desconhece a sociedade e até muitas veses os seus princípios? (O LYRIO, 1903, nº. 5, p.8-10)

A moça que vive na ociosidade entrega sua imaginação em phantasias que prejudicam a economia e a moral. E aquella que se quer elevar na sociedade deve ocupar seu espírito na leitura de bons livros, no estudo das questões da economia domestica e d'aquellas que interessam a patria e ao bem estar de todos os seus concidadãos (A MULHER, 1883, n.º. 7, p.3-4).

Uma mulher ignorante não poderia “aperfeiçoar” o coração de uma criança, logo não seria uma boa mãe sem certo grau de instrução. Sendo assim, fica clara a intencionalidade da educação da mulher. A sociedade deveria tirar proveito da instrução da mulher enquanto esta assume seu papel na mesma.

4.2 MULHER, PATRIOTISMO E A IMAGEM DA PROFESSORA PRIMÁRIA

Considerando o debate sobre a educação feminina, faz-se necessário refletir também sobre o papel das mulheres na sociedade. É possível identificar o crescimento da demanda pela educação desta, porém, tal demanda não foi atendida apenas para satisfazer o crescente desejo feminino por igualdade social para com os homens.

[...] diz respeito **ao lugar que ocupaes na família, á missão que tendes na sociedade**, á vossa condição geral.

Ha ahi muita gente, bellas leitoras, que, fazendo uma idéia errônea da importancia de vossa posição, pretende melhorar o vosso estado, desprendendo-vos do seio da família, e atirando-vos no meio da sociedade, para ahi lutardes face á face com o homem.

E' a isso que vulgarmente se chama a vossa emancipação, como se fosseis escravas onde sois senhoras, como se fosseis servas onde sois rainhas (O BEIJA-FLOR, 1880, n.º. 2, p. 1-2, grifos adicionados).

Na fala citada acima, encontrada no jornal **O Beija-Flor**, critica-se a mulher que deseja se desprender do circulo familiar para se atirar na sociedade face-a-face com um homem. O desejo de emancipação da mulher é chamado de vulgar enquanto se afirma que o lugar da mulher é no seio da família e que a igualdade dos sexos vai contra a “indole e natureza de cada um”. Desta forma, fica claro que a mulher não seria instruída para que estivesse de igual para igual com o homem.

Nas ideias apresentadas no texto, as mulheres defensoras desta igualdade com os homens não percebiam o mal que causavam a elas mesmas. Mas que mal seria este? O autor do artigo intitulado como **A mulher** prega a distribuição de diferentes tipos de trabalho entre os sexos. Para justificar essa divisão, aborda-se os especialistas em diferentes profissões, afirmando que na família ocorre o mesmo. Logo, o suposto perigo da igualdade da mulher na sociedade, seria a negligência do lar e da família.

Já em seu primeiro volume, o periódico **O Normalista** afirma que não seria descontextualizado falar da educação feminina e seu papel na sociedade, a começar pela família. Para Américo Yetim, autor do texto, a família é a “primeira condição assim como a primitiva forma da sociedade”. Para Yetim, a família era o “primeiro passo” do homem para a vida moral e sem esse passo, estaria incapaz de dar outro. Seria na família que o homem aprenderia a amar a pátria, os seus co-cidadãos e a humanidade em geral.

Quanto a nós, mulheres, temos também um grande, **um santo dever para com a Patria.** [...]

Estudemos a fim de podermos transmitir aos nossos filhos nobres ensinamentos.

Procuramos inculcir-lhes desde cedo o amor ao Brasil, mas amor que se revele no cumprimento dos deveres, no desejo de estudar, de aprender, de ser útil! Assim como lhes [...] ponhamos em seus corações o culto puríssimo da pátria (O NORMALISTA, 1882, nº. 1, p. 2, grifos adicionados).

O público mostra a esse respeito o mais vivo interesse, que diariamente aumenta de valor, devido ao crescente estudo, largamente difundido, das questões econômicas e sociais e à convicção em que todos se acham de que muitos dos males da sociedade contemporânea são devidos à ignorância daquelas a quem se imcubem a direção do lar doméstico (REVISTA DE INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1902, nº. 18, p. 4).

Baseado nos discursos citados é possível compreender que a educação das mulheres visava a formação de boas esposas e mães, pois estas seriam responsáveis pela educação dos futuros homens da nação. À mulher caberia o papel de regularizar o lar e

o bem seria “impossível” sem ela. Se os males sociais têm origem naqueles que dirigem o lar e a mulher era a responsável por este papel, sua educação se fazia “mais importante que a do homem, pois esta é o fructo daquela” (O GRÊMIO DOS PROFESSORES PRIMÁRIOS, 1883, nº. 1, p. 8). A mulher deveria ser bem educada pois a educação dos filhos seria fruto de sua educação.

Dar a mulher uma educação que a eleve ao nível das necessidades da sua existencia e da sua missão no seculo em que vivemos é mais do que significar a companheira do homem, a esposa e mãe ; **é preparar pela hereditariedade a formação do homem do futuro.**

Esta é a grande, a maior, a excellente tarefa dos que crêm na solidariedade tradicional da sua espécie (O GRÊMIO DOS PROFESSORES PRIMÁRIOS, 1884, nº. 3, p. 8, grifos adicionados).

Dentro dos discursos patriotas sobre os benefícios da educação da mulher para a família e para a nação, é possível perceber a influência do movimento eugênico que começava a tomar forma no fim do século XIX. Para o movimento, questões como o casamento e a higiene deveriam ser convertidos em assuntos escolares. O casamento, que se destaca no discurso citado, deveria ser um ato consciente entre os parceiros. Ambos deveriam estar cientes das doenças congênicas que poderiam ser transmitidas aos filhos e a reprodução de portadores de algumas doenças chegou a ser desencorajada pelos eugenistas.³

Na Revista de Instrução Pública há também um discurso proferido na festa de distribuição de diplomas e prêmios às alunas da Escola Normal da Sociedade Propagadora da Instrução Pública em Pernambuco. Durante o discurso, o orador do Conselho Superior da Escola Normal, Carlos Porto Carreiro, fala que a mulher assume “a única posição que lhe compete na comunhão social”. Mas qual seria exatamente esta posição? Durante sua fala, o orador fala do triunfo feminino na sociedade e ressalta que ser esposa não é profissão. A mulher não deveria esperar pelo trabalho masculino, mas

³ Para mais informações sobre o movimento eugênico, consultar: GONDRA (2003) e ARANTES (2014).

sim “se habituar a ter uma profissão útil, decente, productiva, compatível com o seu sexo”.

Se a natureza fez a mulher mãe pelo sexo, a ciência e a profissão, **tornando-a mestra fizeram-na a igualmente mãe pelo sacerdócio.**

E esta segunda maternidade lhe impõe o sacratíssimo dever e a dulcíssima obrigação de ser ainda mais amena, mais branda, mais amável do que a fizeram os acasos do nascimento (REVISTA DE INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1902, nº. 18, p. 30, grifos adicionados).

Mesmo sendo possível identificar em seu discurso ideias progressistas sobre a liberdade da mulher, o orador relaciona diretamente o papel da mulher-mãe ao magistério. A docência não seria apenas uma segunda maternidade, mas configurava-se como uma segunda profissão para a mulher.

Segunda profissão, pois ainda que as mulheres ocupassem espaços profissionais na sociedade, esta profissão deveria ser aproveitada por seu marido e filhos. Sendo o exercício profissional da mulher considerado uma ocupação secundária, sua renda seria também secundária. A mulher não precisava receber bem, pois seu salário serviria apenas como complemento na renda do lar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta pesquisa é possível perceber que a pouca instrução recebida pela mulher no fim do século XIX e início do século XX não era valorizada por questões culturais, pois se esperava da mulher certa vaidade e um comportamento que agradasse aos homens, para desde cedo poder conquistar um marido. Com seu desenvolvimento intelectual negado, a educação feminina se justificava apenas em benefício do lar e da criação dos filhos, em prol de uma sociedade desenvolvida.

Considerando o desenvolvimento social, é possível perceber a influência de concepções eugênicas neste processo. A necessidade de se educar as mulheres estava ligada ao desenvolvimento da sociedade e o positivismo contribuía para a feminização do magistério, pois consolidava o homem no poder.

O papel da mulher se relacionava com o papel da professora, por seu caráter disciplinados e responsável pelos futuros homens da nação. Por isso a suposta sensibilidade natural feminina deveria ser redirecionada de forma a não se preocupar com supostas futilidades, proporcionando o pleno desenvolvimento de seus filhos.

Porém, tais questões ainda são insuficientes para compreender como ocorreu tal processo feminizador no magistério pernambucano. Para aprofundar os estudos sobre o tema, faz-se necessário uma futura análise a respeito do currículo escolar feminino e das representações de mulheres docentes na imprensa pedagógica.

6. FONTES E REFERÊNCIAS

6.1 JORNAIS E DOCUMENTOS

A Mulher. 15 de fevereiro de 1883, nº. 7: APEJE, Recife.

A Rosa. 11 de novembro de 1890, nº. 3: APEJE, Recife.

A Rosa. 18 de outubro de 1890, nº. 1: APEJE, Recife.

O Beija-Flor. 10 de julho de 1880, nº. 2: APEJE, Recife.

O Grêmio dos Professores Primários. 25 de fevereiro de 1884, nº. 3: Fundação Biblioteca Nacional, disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=827614&PagFis=1>

O Grêmio dos Professores Primários. 25 de março de 1883, nº. 1: Fundação Biblioteca Nacional, disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=827614&PagFis=1>

O Lyrio. 01 de fevereiro de 1903, nº. 4: APEJE, Recife.

O Lyrio. 01 de março de 1903, nº. 5: APEJE, Recife.

O Normalista. 06 de julho de 1882, nº. 1: Fundação Biblioteca Nacional, disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=827584&pesq=>

O Normalista. 31 de julho de 1882, nº. 2: Fundação Biblioteca Nacional, disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=827584&pesq=4>

Revista de Instrução Pública. Janeiro de 1092, nº. 18: APEJE, Recife.

6.2 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA FILHO, A. J. A pesquisa histórica: teoria, metodologia e historiografia. **História da Enfermagem Revista Eletrônica**. v. 7, n.º. 2, p.381-382, 2016.
- ARAÚJO, J. C. S. A imprensa, co-participe da educação do homem. **Cadernos de História da educação**. v. 1, n.º. 1, p. 59-62, 2002.
- ARANTES, A. S. **Processos de racialização em escolas primárias** pernambucanas (1911-1945). Tese de doutorado em educação. João Pessoa, PB: PPGE,UFPB, 2014.
- BRAGA, F. B. R. da S. A feminização do magistério em Pernambuco (1872-1890). **Revista de História**. v. 5, n. 1-2, p. 151-177, 2013.
- CATANI, D. B. História, memória e autobiografia da pesquisa educacional e na formação. In: CATANI, D. B. (org.) **Docência, memória e gênero: estudos sobre formação**. São Paulo: Escrituras, 1997.
- CHARTIER, R. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- GONDRA, J. Medicina, Higiene e Educação Escolar. In: LOPES; FARIA FILHO; VEIGA (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- INEP. **Estudo exploratório sobre o professor brasileiro com base resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2009.
- LOURO, G. Gênero e magistério: Identidade, História Representação. In: CATANI, D. B. (org.) **Docência, memória e gênero: estudos sobre formação**. São Escrituras Editora Paulo: 1997.
- LOURO, G. Mulheres na Sala de Aula. In: PRIORE, M. D. (org.) **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009.
- MACHADO, M. C. G. O decreto de Leônicio de Carvalho e os Pareceres de Rui Barbosa em debate – A criação da escola para o povo no Brasil do século XIX. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, H. C. (org.) **Histórias e memórias da educação no Brasil**. v II: século XIX, Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, p.91 – 103.
- NOGUEIRA, J. K.,; SCHELLBAUER, A. R. Feminização do magistério no Brasil: O que relatam os pareceres do primeiro congresso da Instrução do Rio de Janeiro. **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, SP, n. 27, p.78 –94, 2007.

PADILHA, L. M. de L.; NASCIMENTO M. I. M. A pesquisa histórica e a história da educação. **Revista HISTEDEBR On-line**, Campinas, SP, n.66, p. 123-134, 2016.

PEIXOTO, F. M. **A escola normal oficial de Pernambuco**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CE, 2006

SOUZA, R. F. Espaço da educação e da civilização: Origens dos grupos escolares no Brasil. In SAVIANI, Dermeval et al. (Org.). **O legado educacional do século XIX**.